



Eletrobrás adultera ACT

A empresa incluiu a alínea e ao parágrafo 2º da Cláusula 16. A mudança foi realizada em dezembro de 2011.

PÁGINA 11

Atraso nas eleições

Furnas inicia com atraso o processo eleitoral para representante dos trabalhadores nos Conselhos de Administração. Confira as novas datas.

PÁGINA 10

Falta de fiscalização

Engenheiros se reúnem para debater fiscalização de obras de reformas em edifícios privados. A deficiência da legislação brasileira foi tema central.

PÁGINA 12



Foto de Claudionor Santana

População protesta contra o aumento da tarifa das barcas, em frente à estação Araribóia, em Niterói. Preço subiu de R\$ 2,80 para R\$ 4,50.

Caos no transporte público gera revolta

Tarifas altas, superlotação e sucateamento dos transportes do Rio de Janeiro evidenciam a falta de eficiência das concessionárias privadas.

PÁGINAS 6 7 E 8

CONFEA QUER EXCLUIR SINDICATOS

Confea quer negar a participação dos sindicatos nos conselhos profissionais. PÁGINA 3

Os desabamentos no centro do Rio

Com o desabamento dos três prédios da rua Treze de Maio no centro do Rio, desaba, também, a confiança que a população ainda tinha nas políticas públicas tanto do governador quanto do prefeito. Não é para menos. Ao desabamento, somam-se os desastres da região serrana, com mais de mil mortos, os acidentes nas barcas e no bondinho de Santa Teresa, bem como a explosão do prédio na praça Tiradentes. O que foi efetivamente feito além do blá, blá, blá cínico e desavergonhado para a imprensa?

Logo após o desabamento, a tristeza e a emoção tomaram conta da cidade. Dava pena e num certo sentido, era um ato de autocomiseração das pessoas e uma espécie de catarse coletiva ver os populares comparecerem em grande quantidade na frente dos prédios, num misto de perplexidade e de solidariedade com os mortos desaparecidos e seus familiares.

O tempo está passando e a tendência é que isto vá aos poucos caindo no esquecimento. As comissões técnicas ainda não chegaram a nenhuma conclusão sobre as verdadeiras causas do desabamento. Talvez nem cheguem. Da nossa parte, uma certeza já temos: repudiar os governos, tanto estadual quanto municipal, pelos crimes contra a população indefesa, desassistida e entregue a sua própria sorte. A prefeitura virou o paraíso dos especuladores imobiliários e de todos aqueles que querem ganhar dinheiro fácil com as megaobras para a Copa do Mundo e Olimpíadas.

Será que não merecemos um prefeito de verdade?

A democracia agradece

WADIH DAMOUS*

Corporativismo exacerbado, falta de transparência nos atos, não prestação de contas à sociedade, impunidade dos desvios de conduta dos seus membros, má gestão e péssima prestação de serviços são algumas das características essenciais do modelo de funcionamento do Poder Judiciário.

A atuação do Conselho Nacional de Justiça, órgão constitucional de controle interno, concebido para enfrentar as distorções aqui apontadas, em especial na esfera disciplinar, mostrou claramente que esse modelo está em crise. Por isso, a consolidação institucional do CNJ vem sendo posta à prova nos últimos meses. As associações de magistrados iniciaram e vêm mantendo um ataque feroz ao limite das competências do conselho, com a clara intenção de enfraquecer sua atuação.

Esse debate foi desestabilizado por duas decisões monocráticas proferidas pelo Supremo Tribunal Federal. A primeira foi proferida pelo Ministro Marco Aurélio, suspendendo a eficácia de quase todas as disposições da Resolução nº 135 do CNJ, a qual regulamenta o processo disciplinar perante o conselho. A segunda, proferida pelo ministro Ricardo Lewandowski, paralisou a investigação que estava sendo realizada com base em informações de movimentações financeiras de magistrados e servidores fornecida pelo COAF, a pedido do então corregedor nacional de Justiça, Gilson Dipp.

A histórica decisão do Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer a competência originária do CNJ, baseada em sólidos fundamentos apre-

sentados pela maioria dos ministros, coincidiu com os anseios da sociedade brasileira, que clama por um Judiciário eficiente, ético e democrático.

Resta a segunda decisão, proferida pelo ministro Lewandowski, que suspendeu a investigação do CNJ acerca da movimentação atípica de quase R\$ 1 bilhão por membros do Judiciário nos últimos dez anos. Fundamentou essa decisão na mera possibilidade de quebra de sigilo bancário e fiscal. Essa decisão, até que seja apreciada pelo colegiado, impedirá a apuração de fatos

potencialmente gravíssimos, tais como a movimentação de quase R\$ 283 milhões por apenas uma pessoa ligada ao TRT-1, no Rio de Janeiro.

Esse fato, por si só, demonstra a essencialidade do CNJ como órgão neutro de controle do Poder Judiciário, bem como o caráter antirrepublicano das iniciativas que visem a diminuir seu poder institucional de atuação.

O presidente do STF afirmou que a degradação do Judiciário não interessa à democracia; que as pressões sobre a Justiça configuram autoritarismo; que os milhões de processos em tramitação mostram a confiança do povo no Judiciário e enalteceu-lhe as excelências na prestação de serviços. Recente pesquisa da Fundação Getúlio Vargas, porém, revela o contrário: mais da metade da população não confia no Poder Judiciário.

Que se deixe entrar a luz do sol nas entranhas do Judiciário.

A Democracia agradece.

* WADIH DAMOUS é presidente da OAB/RJ

Mais da metade da população não confia no Poder Judiciário



SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733
Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL

Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL

Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; **Suplentes:** Agostinho Guerreiro, Rubem Corvelto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Editora e jornalista responsável:

Katarine Flor (Reg. Prof. 312821)

Estagiária: Marcelle Pacheco

Revisão: Beatriz Fontes

Diagramação: Leonardo Santos

E-mail: imprensa@sengerj.org.br

Tiragem: 7.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Impressão: Folha Dirigida

Nova direção do Confea quer excluir sindicatos



Sistema Confea/Creas, que nasceu de lutas do movimento sindical, hoje propõe a exclusão dos sindicatos

Desde a data de fundação, em 22 de setembro de 1931, o Sindicato dos Engenheiros, atuando em âmbito nacional, esteve à frente de importantes ações para a valorização profissional em todo o país. Um dos maiores exemplos foi o papel ativo e decisivo na campanha que contribuiu para a criação do sistema Confea/Crea.

São oitenta anos de uma história de lutas, entre elas, a mobilização por salários dignos, que resultou na campanha pelo Salário Mínimo Profissional, ainda hoje uma das principais bandeiras da categoria. Uma trajetória que começa quando o Governo Getúlio Vargas investiu na estrutura sindical brasileira. O Sindicato Central dos Engenheiros nasceu sob o contexto do Decreto-Lei no 19.770, de março de 1931, a “Lei de Sindicalização”.

Praticamente neste momento teve início a campanha para regulamentar a profissão de engenheiro. “Faltava proteção aos profissionais formados, em uma época em que estavam se implantando novas estruturas metálicas e o concreto armado, verdadeira revolução técnica na construção civil, além de muitos outros processos que exigiam especialização. Assim, a questão da re-

gulamentação do exercício da engenharia no Brasil não era essencial apenas pela necessidade da criação de uma reserva no mercado de trabalho para esses profissionais, mas também pelo nível de saber técnico exigido para a modernização econômica desejada”, relata Demian Bezerra de Melo, autor de extensa pesquisa sobre a história do Senge-RJ, o primeiro sindicato de engenheiros no Brasil.

Em 11 de dezembro de 1933, o Decreto Federal nº 23.569 regulamentou a profissão de engenheiro. Entretanto, para fiscalizar o exercício profissional, era necessário criar órgãos públicos responsáveis. Em 1934, foi criado o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agrimensura (Confea), para o qual, pela determinação na luta e competência, o engenheiro César do Rego Monteiro Filho (à época, 1º vice-presidente do sindicato) foi indicado para a Secretaria-geral. Por sua vez, criaram-se os oito conselhos regionais (Creas) que atenderiam à demanda por fiscalização em todo o território nacional.

Após a criação do sistema Confea/Crea, o sindicato cobrou dos poderes públicos a observância da lei de regulamentação da profissão. Em 1936, junto ao Crea, moveu campanha con-

É preciso refletir sobre as propostas de mudanças que afastam os debates e defendem que o mundo do trabalho não mais diz respeito ao Sistema Confea/Creas.

trária no Congresso a um projeto que buscava neutralizar as conquistas da lei de regulamentação.

REMANDO CONTRA A HISTÓRIA

O Confea quer os sindicatos fora do sistema. Recentemente, setores do Confea articularam o descredenciamento da Federação Interestadual de sindicatos de engenheiros (Fisenge), para fins de composição do Colégio de Entidades Nacionais (CDEN). A federação representa engenheiros de dez estados, inclusive o Rio de Janeiro.

Por solicitação dos próprios conselheiros, a medida foi revista, mas a determinação e os argumentos apontam

para caminhos inéditos na vida política dos sindicatos de engenheiros em todo o país. Citando leis e muitos artigos, dirigentes do Confea afirmam: “apenas são contemplados para compor e representar os profissionais registrados as entidades de classe e as escolas ou faculdades; em nenhum momento a lei possibilita a participação de sindicatos ou federações sindicais no Sistema Confea/Crea”.

Dizem mais: “os sindicatos e suas federações possuem atribuição legal e institucional de cuidar das relações trabalhistas entre empregado e empregador, zelando pelo cumprimento das condições de trabalho, do salário mínimo profissional, do dissídios e acordos coletivos, entre outros. Conselhos profissionais possuem atribuição legal e institucional, no caso do Sistema Confea/Crea, de cuidar da ética, da fiscalização e do exercício profissional”.

Em síntese, o Confea não quer a participação dos conselhos profissionais nos sindicatos, e nem a participação dos sindicatos nos conselhos. E vai brigar por isso. Reconsiderou a exclusão, mas já avisou que o tema “participação sindical no Sistema Confea/Crea” é ponto de pauta no Encontro de Lideranças do Sistema Confea/Crea e da 69ª SOEAA, “com deliberação conclusiva até o final de 2012, do CDEN, do CP e das coordenações nacionais de Câmaras Especializadas dos Creas”. Ou seja, urge excluir os sindicatos dos fóruns de decisão da engenharia.

Antes de nos perguntarmos o que atemoriza tanto os dirigentes recém-eleitos, é de importância vital a reflexão sobre as propostas em pauta, que tratam de mudanças estruturais no sistema. Decisões que negam a história, afastam o debate, neutralizam as diferenças o que é mais perigoso, defendem que relações trabalhistas, salários, dissídios e acordos coletivos são questões que não mais dizem respeito ao sistema.

O tema é pauta e o debate está aberto. Velas ao vento, companheiros!

Perspectivas econômicas e cenário para as negociações coletivas em 2012

Em 2012, o cenário internacional dá sinais de seguir um rumo ainda incerto. Neste sentido, a instabilidade no cenário internacional dificulta uma análise global da economia. A principal incerteza é o desdobramento da crise internacional – principalmente da europeia e o risco de se transformar numa crise bancária e financeira de grandes proporções, com efeitos negativos ainda mais intensos sobre a economia mundial. E isso deve continuar afetando as decisões de política econômica do governo brasileiro, as decisões de investimento privado (e público) e, em alguma medida, as decisões de consumo das famílias no Brasil.

O governo vem adotando, desde meados de 2011, medidas para estimular a atividade econômica. Em novembro do ano passado, o ministro Guido Mantega anunciou um conjunto de medidas de natureza fiscal que visam incentivar o investimento e o crédito privado, como a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre investimentos externos em ações e títulos de longo prazo, e sobre o crédito à pessoa física. No que se refere à política monetária, o Banco Central vem reduzindo, desde agosto de 2011, a taxa básica de juros, e há asinalização de que esse movimento deve prosseguir nos próximos meses.

O reajuste do salário mínimo, de R\$ 545 para R\$ 622, funciona como significativo estímulo à demanda. A estimativa do adicional de renda na economia é de aproximadamente R\$ 24 bilhões – cerca de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), sem contar o efeito multiplicador, que pode elevar esse montante a R\$ 47 bilhões, segundo cálculo do Dieese¹. Considerando o impacto desse aumento nos salários mais baixos, boa parte dessa renda deve ser revertida em consumo, o que tem sido importante determinante do crescimento no Brasil nos últimos anos. Além disso, é importante considerar o fato de que 2012 é um ano eleitoral, em que as obras se apressam, dinamizando os gastos públicos.

A inflação começa 2012 em torno de 6,09%² ao ano, muito embora o seu nível ao longo do ano possa variar consideravelmente. De um lado, dependendo do agravamento da crise internacional, os preços das commodities podem continuar caindo. Nesse cenário, a taxa de inflação, ao final de 2012,

poderá se aproximar do centro da meta: 4,5%. Os preços dos alimentos em natureza dependerão das safras e do clima e, dependendo da variação nos preços, pode pressionar a inflação.

O desemprego no país continua em trajetória de queda. As informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do Dieese mostram que a taxa de desemprego total passou de 11,9%, em 2010, para 10,5%, em 2011. Com a perspectiva de um maior crescimento do PIB em 2012³, a taxa de desemprego tende a diminuir.

Nesse mesmo período – entre 2010 e 2011 – houve aumento do assalariamento total no Brasil (3,5%), que refletiu a expansão do emprego no segmento privado (3,9%) e, em menor proporção, do emprego público (0,6%). O crescimento do setor privado ocorreu exclusivamente pela contratação de assalariados com carteira de trabalho assinada (5,8%), uma vez que se retraiu o emprego sem carteira (4,7%). Também diminuíram os contingentes de empregados domésticos (1,2%) e de autônomos (1,0%) e

manteve-se relativamente estável o dos classificados nas demais posições ocupacionais (-0,3%)⁴.

As condições favoráveis do Brasil para o enfrentamento da crise internacional são elementos que ajudam os trabalhadores na mesa de negociação. A redução da taxa básica de juros objetiva estimular os investimentos e, juntamente com as desonerações fiscais, deve contribuir para o dinamismo da economia. Assim, salvo uma deterioração significativa do quadro internacional, o mercado de trabalho deve continuar a gerar empregos, o que, associado a uma menor variação acumulada da inflação, pode favorecer a obtenção de ganhos reais nas negociações coletivas.

As condições favoráveis do Brasil para o enfrentamento da crise internacional são elementos que ajudam os trabalhadores na mesa de negociação.

¹ Para mais informações, ver Nota Técnica nº 106: Política de Valorização do Salário Mínimo: Considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2012.

² Segundo o ICV – Índice de Custo de Vida, calculado pelo Dieese. O índice reflete a inflação na cidade de São Paulo. O IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE, é de 6,5% para o mesmo período, valor que está no teto da meta estipulada pelo governo.

³ A princípio, baseado no perfil da expansão em 2011, aponta-se para um crescimento do PIB entre 3,5% a 5% em 2012.

⁴ Para mais informações, ver Pesquisa de Emprego e Desemprego: mercado de trabalho metropolitano em 2011, do Dieese.

DIEESE • Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos • www.dieese.org.br

art

GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o número 27. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.

INFORME DO JURÍDICO

Justiça dá parecer favorável em ação de 30 anos

A Justiça julgou procedente ação para o pagamento da diferença salarial do processo data-base contra a Inepar S/A Indústrias e Construções, antiga Iesa.

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) entrou com ação coletiva em 1981, referente ao reajuste salarial de 200

engenheiros. O juiz determinou o pagamento de cerca de R\$ 5 milhões, valor solicitado pelo sindicato. Até o momento, a Inepar pagou R\$ 1,5 milhão, parte considerada como incontroversa, ou seja, incontestável. Esta é a quantia reconhecida pela empresa como devida. “Agora a gente briga pelo

saldo remanescente. Ainda restam R\$ 3,5 milhões em valores históricos para discutir”, afirmou o advogado do Senge-RJ Luiz Fernando Contreiras. Apesar de acreditar que o processo está “caminhando para o fim”, o advogado diz que não há previsão para sair o valor restante do processo.

TKCSA vai parar no banco dos réus

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) é julgada por despejar ferro-gusa ao ar livre

A primeira audiência de Instrução e Julgamento no Fórum de Justiça de Santa Cruz ocorreu no dia 17 de janeiro. Uma ação penal foi movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPE) contra a Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA). O MPE pede que a siderúrgica seja proibida de despejar ferro-gusa – subproduto usado na fabricação do aço – em poços ao ar livre ou em qualquer outro local que seja desprovido de controle de emissões do material particulado, gerado a partir de seu processo de produção.

Na ocasião, foram ouvidas apenas cinco das nove testemunhas convocadas. Segundo o juiz responsável pelo caso, dr. José Nilo, os depoimentos foram “demorados e detalhados”. Por isso, houve necessidade de marcar uma nova audiência para o dia 28 de fevereiro. Foram ouvidos os especialistas da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA) e do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), que foram convocados tanto pelos advogados de defesa quanto pelos de acusação. Uma outra data também será marcada para colher mais depoimentos dos moradores de Santa Cruz.

SIDERÚRGICA NEGA RISCOS

Acompanhado de cinco advogados, o diretor jurídico da siderúrgica, Pedro Teixeira, esteve presente na audiência. Segundo ele, a TKCSA acredita que não há riscos relacionados ao uso de poços de emergência. Teixeira afirmou que “a empresa nunca negou que houve incômodo à população nos episódios de agosto e dezembro [de 2010]”, referindo-se à dispersão de partículas de ferro-gusa na atmosfera.

Segundo ele, este “incômodo” está relacionado apenas à sujeira provocada

pelas partículas emitidas pela empresa nos dois episódios, que ficaram conhecidos como “chuvas de prata”. “Não tem partícula inalável dentro desse material, que está depositado em flocos grandes. Não existe comprovação de um nexos causal entre doenças e agravamento de sintomas na população em qualquer emissão”, disse Pedro Teixeira.

O pneumatologista Hermano de Castro, uma das testemunhas ouvidas na audiência, confirmou que hoje não existe como comprovar a ligação direta entre poeira e doenças de pele e respiratórias da população, já que seria preciso realizar uma “investigação epidemiológica”. Entretanto, de acordo com o médico, não é possível afirmar que a poeira não vai causar nenhum problema de saúde ou agravamento de sintomas de doenças já presentes na população.

Castro acrescenta que mesmo as partículas grandes podem gerar danos na pele ou nos olhos. Segundo ele, para fazer mal ao pulmão, a poeira deve ser muito pequena, mas “difícilmente vai

existir um lugar que gere só poeira grande”. “Isto quer dizer que pode ter poeira de todos os tamanhos”, afirmou. De acordo com ele, o potencial de danos causados por uma planta industrial aumenta ainda mais o risco de saúde da população. “Porque você acaba tendo presença de substâncias químicas que não são comuns no dia a dia”, explica.

PROIBIDOS DE ENTRAR

Apesar de ser uma audiência pública, não foi permitida a permanência no local de moradores, pesquisadores e jornalistas, que foram acompanhar o caso. O juiz José Nilo alegou não haver espaço físico para acomodar as pessoas. A decisão causou indignação entre os presentes.

“Quer dizer que a gente passa por tantos problemas e não pode nem ficar aqui dentro? Tem que ficar do lado de fora igual umas ovelhas?”, criticou a moradora de Santa Cruz Josefa Martins. Contudo, para não prejudicar a

audiência, as cercas de 15 pessoas presentes saíram da sala pacificamente e aguardaram no pátio do Fórum.

Apesar da alegação de falta de espaço, pode-se observar que na sala, onde ocorreu a audiência, havia cadeiras vazias. Quando questionado, o juiz afirmou que “houve mudança de planos” e que os lugares não foram ocupados porque não houve novas reivindicações. “Eu não ia lá fora avisar ninguém. Além disso, alguns moradores que estavam lá serão testemunha em outra audiência”, justificou o juiz José Nilo.

“Não me parece razoável que as pessoas fiquem impedidas de assistir, já que não há segredo de justiça decretado”, considerou o advogado do Senge-RJ Luiz Fernando Contreiras. Para ele, “alguma alternativa deveria ser encontrada pelo juiz”. “Mesmo se não houvesse espaço para acomodar todo mundo, ele poderia optar por deixar algumas pessoas. Tirar todos da sala me pareceu arbitrário”, afirmou o advogado.



Siderúrgica volta atrás e retira processo contra pesquisadores

A Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) desistiu da ação judicial movida contra os pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Hermano de Castro e Alexandre Pessoa Dias e contra a bióloga da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) Mônica Lima. Uma petição de desistência foi assinada no dia 12 de janeiro na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Os pesquisadores estavam sendo acusados de danos morais por declarações e laudos técnicos sobre danos ambientais e riscos à saúde da população provocados pela atividade da empresa. Mônica Lima afirmou que a retirada dos processos pela TKCSA é “fruto de uma mobilização popular, junto com organizações sociais e sindicatos, que deu visibilidade nacional e interna-

cional à causa”. Ela acredita que é preciso fortalecer as manifestações para que tenham fim “a degradação ambiental e os prejuízos à população”.

Desde o início das instalações no Brasil, em 2006, a TKCSA é acusada de crimes ambientais e de desrespeito aos direitos humanos. A Defensoria Pública colheu 238 entrevistas de famílias que moram no entorno da TKCSA, no

período de dezembro de 2010 a abril de 2011. Os moradores relataram diversos danos à saúde causados ou agravados após o início da pré-operação da empresa. Os entrevistados relataram problemas oftalmológicos, na pele e respiratórios, todos relacionados com o material particulado emitido pelo derramamento ilegal de ferro-gusa em poços sem controle de emissão de poluentes.

Altos preços e se

Na época das privatizações do setor de transporte, os defensores da privatização prometiam melhorar os serviços e reduzir as tarifas. Contudo, o precário atendi

Este ano, as tarifas de ônibus e trens já ficaram mais caras. Os cariocas que usam metrô sentirão no bolso a partir de abril. O aumento mais polêmico é o das barcas, que sofreram um reajuste de 60,7% em março. Além de concordar com o novo valor, o governador Sérgio Cabral vai subsidiar parte da tarifa das barcas por meio do Bilhete Único. O estado pretende contribuir com até R\$ 1,40 por passagem.

Para o estudante Paulo Henrique Lima, o Bilhete Único é uma tentativa de disfarçar o aumento. “Além do valor de R\$ 3,10 ser alto, a diferença também vai ser paga pelo trabalhador, através dos impostos”. Ele defende que a estatização é uma solução. “Esse serviço deveria ser administrado por nós, pelos trabalhadores, que utilizamos diariamente as barcas” – disse Paulo, que mora em São Gonçalo e usa as barcas todos os dias para estudar no Rio.

Em 1998, a Barcas S/A assumiu o controle da antiga Companhia de Navegação do Estado do Rio



O que se vê hoje é o governo estadual investindo nas empresas privadas

de Janeiro (Conerj), sob regime de concessão e pelo prazo de 25 anos, renováveis. Neste período, a tarifa, que custava R\$ 0,90, era uma das mais baratas, entre os meios de transporte.

O presidente do PSOL de Niterói, Flávio Serafim, afirma que a concessionária não cumpriu alguns termos do contrato de privatização, entre eles a barca Niterói-São Gonçalo e a circulação do transporte durante a madrugada, que parou em 2011.

PRIVATIZAÇÃO DO LUCRO E ESTATIZAÇÃO DOS PREJUÍZOS

O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro Luiz Cosenza lembra que a falta de recursos do estado para investir nas suas empresas de transporte era outro argumento favorável à privatização. “Mas o que se vê hoje é o governo estadual investindo nas empresas privadas”.

No caso da SuperVia, por exemplo, são 90 os novos trens comprados pelo estado. A empresa vai comprar mais 30. “Mesmo os investimentos



realizados pela concessionária eram feitos com empréstimos do BNDES, não sei se continuam assim”, diz Cosenza.

A compra de novos trens faz parte do investimento de R\$ 700 milhões que o governo do Rio está realizando para a modernização do transporte ferroviário.

“Não critico a compra dos trens pois a população será beneficiada com a chegada deles. Questiono o fato de o estado usar dinheiro público para atender o interesse de empresas privadas sem que esta tenha cumprido até hoje a sua parte de prestar um bom serviço à população. O serviço é público, mas a empresa é privada e deveria ao longo de mais de uma década ter apresentado melhores resultados. Sendo assim, a responsabilidade da administração e dos custos deveria ser da empresa que ganhou a concessão, mas não é assim que funciona”.

“O Rio de Janeiro é o único lugar no Brasil

que tem o transporte sobre trilhos privado e temos muitos problemas. Em São Paulo tanto a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) como o metrô são operados pelo governo estadual e funciona muito bem, sendo o metrô uma referência mundial em operação Metroviária”, lembra Cosenza. “A tarifa subiu muito, e não venha me dizer que dá prejuízo. Porque nós estamos falando de mais de 400 mil pagantes por dia”.

Assim como o serviço das barcas, a operação do sistema de trens foi transferida, em 1998, para a iniciativa privada. A SuperVia ganhou a concessão por um período de 25 anos. Até então, a responsabilidade era do Governo do Estado do Rio de Janeiro.

Em novembro de 2010, a Odebrecht TransPort assumiu o controle da Supervia, administradora dos trens urbanos na cidade. No mesmo período, o governador Sérgio Cabral assinou a renovação da concessão do contrato da SuperVia por mais 25 anos, até 2048.

Serviços precários

medida afirmavam que esta seria uma forma de estimular a eficiência, investimento à população e os aumentos abusivos evidenciam o contrário.



Fotos de Claudionor Santana

De acordo com o diretor do Senge-RJ, Jorge Saraiva, um dos critérios exigidos pela empresa foi que o estado garantisse a renovação do contrato. “Havia trechos que não faziam parte da concessão e entram no contrato, como: Guapimirim-Saracuruna. Áreas não operacionais, como a Barão de Mauá, serão utilizadas como base operacional da Odebrech para obras não relacionadas à ferrovia”. O sinal verde foi dado pela agência reguladora de transportes, que autorizou a renovação do contrato.

PÉSSIMOS SERVIÇOS PROVOCAM REVOLTA

Mesmo com nova controladora, os problemas continuaram. No dia 9 de fevereiro deste ano, a superlotação de um trem provocou tumulto na Central do Brasil, no Centro. No fim da tarde, três vagões do ramal de Japeri também apresentaram problemas.

No caso mais grave, uma falha no sistema

mecânico, que, segundo a concessionária, fez com que três vagões do trem que seguia da Central do Brasil para Japeri ficassem fora da plataforma na estação de Olinda. Os passageiros tiveram que desembarcar na via férrea e embarcar em uma outra composição.

Outro trem apresentou problemas de freios ao chegar à estação do Engenho de Dentro e só conseguiu seguir viagem 49 minutos depois. Revoltados, os passageiros realizaram quebra-quebra em estações, entre elas, a Central do Brasil.

Após o fato, o secretário estadual de transportes, Julio Lopes, qualificou o episódio como “lamentável” e admitiu que há problemas no sistema. Lopes criticou o comportamento dos usuários da SuperVia.

“A gente pode até não concordar que haja quebra-quebra, mas tem de se entender essa revolta. Tem que ser considerado o sofrimento diário dos usuários deste serviço. A crítica do secretário foi só no sentido dos usuários que que-

braram, mas o que é feito para que a concessionária ofereça uma melhor condição de transporte? A falta de investimento na manutenção é constante”.

A recepcionista Maria Luiza dos Santos utiliza diariamente os trens para chegar ao trabalho. Segundo ela, as paralisações e panes são constantes. “O pior é que a gente não tem alternativa. O metrô vive lotado e também tem problemas. Ir trabalhar de ônibus, nem pensar. Eu teria de enfrentar muito engarrafamento até chegar no Centro”.

AGÊNCIA REGULADORA NÃO CUMPRE SEU PAPEL

“O primeiro item que é considerado para a renovação das concessões, em qualquer lugar do mundo, é a qualidade. No Brasil, é o último”, afirma Luiz Cosenza. Segundo ele, os “monopólios” que atuam no setor de transporte influenciam o processo de fiscalização das concessões.

A regulação dos transportes está a cargo da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de



Não critico a compra dos trens. Questiono o fato de o estado usar dinheiro público para atender o interesse de empresas privadas

Transporte Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp). A agência tem por finalidade “exercer o poder regulatório, acompanhando, controlando e fiscalizando as concessões e permissões de serviços públicos de transporte”, diz Cosenza.

“A agência reguladora é fundamental nisso, mas parece que tem hora que ela serve para defender as empresas, e não os cidadãos. A gente vê claramente isso”. Ele lembra que as autuações que foram feitas pela agência contra a SuperVia foram transformadas em investimentos.

“Imagine que você é multado. Ao invés de o Detran exigir que você pague a conta, ele permite a compra de um pneu novo para o seu carro. É assim que é feito com a SuperVia. A multa é investida na manutenção dos trens. Então, ela não perde nada. Nós temos um problema sério com a agência. Se ela é um serviço público, deveria estar em favor do cidadão, e não da empresa privada”.

Estudo mostra que tarifa poderia ser menor

Marcelle Pacheco

Estudo realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) indica que a tarifa no valor de R\$ 3,18 seria suficiente para que a concessionária Barcas S/A atinja um equilíbrio econômico e financeiro, já que o rombo constatado foi de R\$ 106.584.837,69. Considerando o trecho da linha seletiva Charitas, o rombo seria de R\$ 93 milhões.

O relatório foi encomendado pela Agência Reguladora de Transportes do Estado do Rio de Janeiro (Agetransp) e desenvolvido por uma equipe composta por engenheiros, economistas e administradores.

Outro estudo foi encomendado pela Agetransp à Fundação Getúlio Vargas (FGV), nele ficou constatado que o rombo da Barcas S/A é de R\$ 350 milhões e que o valor necessário para atingir o equilíbrio seria de R\$ 4,50. Isso significa um aumento de mais de 60% no valor da tarifa.

O Governo do Estado, por sua vez, priorizou o estudo realizado pela FGV. A decisão é questionada pelo engenheiro e diretor do Senge-RJ Jorge Saraiva. Para ele, o estudo da universidade pública deveria ser usado como base. “Entre um estudo de uma universidade pú-



Claudionor Santana

População protesta contra o aumento da tarifa das barcas em frente à estação Araribóia

blica e um de uma privada, deveria se dar prioridade ao público. Até pela credibilidade que a Universidade Federal de Santa Catarina tem. Isto significaria um benefício para o estado e para a população”, afirmou Saraiva.

Desde que foi anunciado o reajuste, a população tem feito diversas manifestações contra o aumento. Protestos aconteceram nos dias 1º e 5 de março, nas estações Arariboia, em Niterói, e Praça XV, no Rio de Janeiro. Usuários e militantes de partidos políticos cobram melhorias nas condições do transporte e defendem que o Bilhete Único é uma tentativa de mascarar o aumento.

BARCAS PROCESSA PROFESSOR E PSOL

A Barcas S/A entrou com uma liminar na Justiça contra o PSOL e o professor Henrique Santos Monnerat. Segundo a concessionária, o professor publicou um vídeo no YouTube incitando à violência durante os protestos. Caso houvesse algum ato violento, o partido e o professor teriam de pagar uma multa de R\$ 5 milhões.

Em discurso na Assembleia Legislativa no dia 1º de março, o deputado estadual Marcelo Freixo declarou que o pedido de multa contra o PSOL e o professor Henrique Monnerat é uma tentativa de transferir a responsabilidade

sobre o que acontece nas barcas. “O Poder Judiciário tinha de estar preocupado com a moléstia iminente que a Barcas S/A provoca na população, todos os dias. Mas eu não vi o Poder Judiciário se mexer tanto. Porém, rapidamente, atendeu a um pedido da Barcas, e o pior, baseado numa informação da Barcas, sem que se investigasse, sem que se ouvissem os cidadãos. E diz que a responsabilidade disso é do PSOL e de um professor da rede pública, que fez um vídeo que eu tive o cuidado de assistir, que não tem nada de mais”, afirma Freixo.

No vídeo, Monnerat afirma que o aumento da tarifa não significa um aumento no salários dos usuários das barcas, inclusive ele, que ganha R\$ 765,66 como professor do estado. Além disso, mostra o momento em que o professor foi agredido por agentes de segurança da concessionária enquanto segurava um cartaz, protestando.

O deputado estadual entrou com uma representação no Ministério Público para questionar o aumento de mais de 60% na tarifa e entrou com um requerimento de informação para obter o valor total de isenções fiscais concedidos às Barcas S/A.

QUEM CONTROLA OS TRANSPORTES NO RIO?

Para sair de Niterói e chegar ao centro do Rio a população tem de passar pela ponte, pegar uma barca ou um ônibus. Mas, se preferir, pode dá a volta na baía, passando por Magé, Itaboraí e por aí vai.

A maior parte das linhas de ônibus que fazem a ligação Niterói-Rio são de propriedade da Auto Viação 1001, administrada pelo Grupo JCA, que por sua vez, é acionista da Barcas S/A.

BARCAS

• A Barcas S/A foi constituída após vencer licitação em 1998. Sua composição acionária inclui empresas como: Grupo JCA, Construtora Andrade Gutierrez S/A e Wilson Sons de Administração e Comércio Ltda.

Além da Auto Viação 1001, o Grupo JCA controla outras empresas de transporte, como: Auto Viação Catarinense,

Rápido Ribeirão Preto, Viação Cometa, Rápido Macaense e Expresso do Sul.

A Wilson Sons de Administração e Comércio Ltda. é controlada pela empresa Ocean Wilsons Limited, administrada pela Ocean Wilson Holdings Limited, empresa sediada nas Bermudas e cotada na Bolsa de Valores de Londres e Bermudas.

A Andrade Gutierrez tem a concessão de exploração da Barcas S/A e é acionária da CCR rodovias, que explora a concessão da ponte Rio-Niterói, Via Dutra, Via Lagos, dentre outras. Também constiui a CCR rodovias a Odebrecht TransPort, empresa que possui ações da SuperVia, administradora dos trens urbanos do Rio de Janeiro

SUPERVIA

• Com treze anos de antecedência, o contrato de concessão da SuperVia foi

prorrogado por mais 25 anos, sendo válido até 2048. Quando o serviço foi privatizado, em 1998, uma cláusula contratual permitia que a concessão fosse renovada a qualquer momento, sem concorrência, desde que a empresa apresentasse um plano de investimentos até 18 meses antes do fim do compromisso.

Desde 2010, a SuperVia está sob o controle da Odebrecht TransPort, com 60% das ações. Os outros 40% são de fundos estrangeiros.

Além de participação na SuperVia e na CCR rodovias (administradora da ponte Rio-Niterói), a Odebrecht é sócia do Grupo Invepar – Investimentos e Participações em Infra-Estrutura S/A e a Concessionária Litoral Norte S/A (CLN). A empresa administra a rodovia BA-099.

A sócia da Odebrecht, Invepar, também administra a LAMSA – Linha Amarela S.A e tem a concessão metroviária do Rio de Janeiro S/A (Metrô Rio).

METRÔ RIO

• Em 1997, a concessionária vencedora do leilão foi a Opportrans Concessão Metroviária S/A, consórcio composto por: Sorocaba – empresa do Grupo Opportunity (51%), Cometrans – empresa de capital argentino que opera na área de transportes em Buenos Aires (40%) e Valia – Fundo da Vale do Rio Doce de Seguridade Social (9%). O Consórcio adquiriu o direito de explorar o serviço metroviário durante 20 anos, assumindo, em abril de 1998, o controle do serviço de transporte público metroviário.

Ficando sob seu controle, a administração e a operação das linhas 1 e 2. As expansões da rede metroviária e aquisição de novos trens a cargo da Rio Trilhos ficaram com o Governo do Estado. Em dezembro de 2009, o Metrô Rio passou a fazer parte do Grupo Invepar.

Engenheiro coleciona medalhas

Após aposentadoria engenheiro civil realiza seu sonho e se torna campeão mundial de judô

Aos 60 anos, o engenheiro aposentado Hamilton Moraes Correia coleciona duas medalhas de ouro, uma de prata e três de bronze em mundiais de judô. Todas na categoria Grand Masters – campeonato voltado para competidores veteranos.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo atleta foi ter de dividir seu tempo entre o trabalho na engenharia e o treino. “Trabalhando na Petrobras e chegando em casa às 17h ou 18h é quase impossível manter-se competitivo”, contou.

Durante o período de estudante, foi campeão carioca e juvenil. “Nesta época, tanto eu quanto os adversários éramos estudantes. Isto significa que eu treinava tanto quanto eles. Mas, quando se atinge a idade adulta, ou você se dedica ao esporte ou vai estudar, fazer estágio e trabalhar”. Hamilton optou pela engenharia civil.

Em 1997, com o apoio dos amigos, o “engenheiro-judoca” voltou a competir. Em 2002, participou do mundial de judô Grand Masters na Irlanda, mas não se classificou. “Eu fui mais pela honra de participar com os melhores do mundo, mas vi que a diferença entre



Fotos do acervo particular



O russo Victor Verevkin, o brasileiro Hamilton Correia, o francês Alain Legendre e o português José Victor Costa

Hamilton na disputa final com o russo Victor Verevkin

eles e eu era física, e não técnica. Pensei assim: se eu treinar mais e estiver melhor fisicamente, venho para cá para subir no pódio, que é o grande barato do esporte”, disse.

Ainda trabalhando, Hamilton aproveitava todo o tempo livre para treinar. Em 2004, ganhou o bronze. Apesar de ter subido ao pódio, não se considerava no nível dos melhores. Com a aposentadoria, em 2006, teve mais tempo para se dedicar ao judô. Neste mesmo ano,

participou do mundial na França e voltou com uma medalha de prata. Desta vez, saiu com a certeza de que poderia ter levado o ouro.

Em 2007, o campeonato foi no Brasil e o judoca alcançou a medalha de ouro. “Ganhar em casa é demais!”, exclamou. Ainda assim, Hamilton não se deu por satisfeito. “Eu queria ganhar na Europa, na casa dos adversários”, explica. Persistente, participou dos torneios na Bélgica, em 2008, e na Hungria, em 2010, conquistando duas medalhas de bronze. Em 2011, o engenheiro finalmente ganhou a tão sonhada medalha de ouro no mundial da Alemanha, dedicada ao neto e “super mascote” João, que completou 1 ano no dia 1º de março.

Hamilton deixa a dica, “o que impede a prática de esportes depois dos quarenta não são os anos da idade, mas os de sedentarismo. Se alguém para de praticar esportes aos 20 anos, a partir dos 40 vai se sentir muito cansado e velho. No entanto se continuar a se exercitar, por exemplo, 3 vezes por semana, poderá ter bom desempenho ao longo da vida em qualquer modalidade, seja ela competitiva ou não. Brinco com os amigos que é melhor consultar um ortopedista por causa de uma dor no joelho do que procurar um cardiologista por uma dor no peito”.

• Você pode assistir às lutas do engenheiro no YouTube (www.youtube.com). Basta buscar por: “Hamilton Correia judô”.

Exposição abre as comemorações de 100 anos do “anjo pornográfico”

Se fosse vivo, o dramaturgo Nelson Rodrigues completaria 100 anos em agosto. Para celebrar a data, está em cartaz no teatro Glauce Rocha, no Rio de Janeiro, a exposição “Nelson Brasil Rodrigues – 100 anos do anjo pornográfico”.

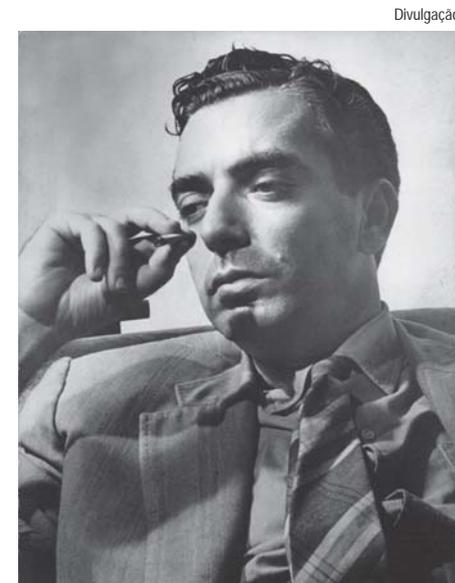
O público é convidado a percorrer o universo rodriguiano e relembrar as histórias das 17 peças de teatro escritas por Nelson Rodrigues. Cerca

de 25 músicas, as preferidas de Nelson, são reproduzidas no ambiente. Além das obras do autor, estão disponíveis textos de outros diretores de teatro, matérias de jornal, programas das peças, críticas e fotos.

Nelson Rodrigues, ao lado de Ziembinski (diretor) e Santa Rosa (cenógrafo), revolucionou o teatro brasileiro e foi responsável pela criação do Teatro Moderno Brasi-

leiro, com a montagem de *Vestido de Noiva*, em 1943, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. A mostra conta com a curadoria de Crica Rodrigues e Nelson Rodrigues, filho.

A exposição “Nelson Brasil Rodrigues – 100 anos do anjo pornográfico” fica em cartaz até 30 de dezembro, na sala Aloísio Magalhães, no teatro Glauce Rocha, no centro do Rio. A entrada é gratuita.



Divulgação

Nelson Rodrigues

Furnas: atraso nas eleições

Furnas é a única empresa do grupo Eletrobrás que ficou fora do processo unificado para eleição de representante dos trabalhadores nos Conselhos de Administração. Nas outras 13 empresas do grupo, o primeiro turno ocorreu nos dias 6 e 7 de março.

A empresa, presidida pelo sr. Flavio Decat, tenta agilizar o processo eleitoral, que será iniciado com atraso. O cronograma para Furnas prevê as inscrições das candidaturas de 7 a 14 de março. O primeiro turno está previsto para os dias 9 e 10 de abril. O segundo, para os dias 24 e 25 de abril.

O processo eleitoral é determinado pela Lei nº.12.353, de 28 de dezembro de 2010.

A duração do mandato dos membros do Conselho de Administração é de um ano, admitida a reeleição, conforme prevê o artigo 19º, Capítulo V, do estatuto da empresa, aprovado em setembro de 2011.

Dieese avalia negociação da PLR no setor elétrico

A participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados das empresas (PLR) vem ganhando importância na agenda das negociações coletivas. O benefício figura como um incentivo à produtividade. Contudo, esta visão constitui apenas uma das perspectivas das negociações.

De acordo com o estudo “A negociação da PLR no setor elétrico”, ao vincular resultados operacionais com a distribuição da participação dos lucros, alguns acordos produzem conflito de interesses dos trabalhadores. Isto, porque a PLR pode ser tanto maior quanto menor for o resultado operacional, que pode en-

volver corte de gastos com pessoal.

Segundo o estudo, esta situação pode levar os trabalhadores a “serem contra novas contratações, avaliando os efeitos que essa decisão pode vir a ter sobre a PLR”. O que, para a empresa, pode significar uma redução nos custos, para o trabalhador pode representar a criação de sobretrabalho.

Além disso, as empresas transferem para os funcionários a responsabilidade por alcançar metas de resultados operacionais, cujas decisões não estão totalmente ao seu alcance. Desta maneira, para que haja o pagamento do bônus, as metas devem ser alcançadas ou

superadas pelos trabalhadores.

Em alguns contratos de empresas do setor elétrico, o critério adotado para o pagamento da PLR é a taxa de frequência de acidentes. Nesse caso, quanto maior o número de acidentes, menor a participação nos lucros. Isso atribui unicamente ao trabalhador a responsabilidade pelos acidentes de trabalho.

A Participação nos Lucros e Resultados foi regularizada em 19 de dezembro de 2000, por meio da Lei 10.001. Para a análise do Dieese, foram estudadas 32 empresas com quase 93 mil funcionários. O valor total pago aos empregados em 2010 foi de R\$ 1.076.653 mil.

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

SMP

LEI

4950-A/66

**Engenheiro,
exija seu
direito.**

Educação eleva índice de custo de vida

Um estudo do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revelou que a educação foi a principal responsável pelo aumento do Índice de Custo de Vida (ICV), com aumento de 7,17%.

O índice, calculado em janeiro, apresentou taxa de 1,32%, um aumento de 0,82 pontos percentuais em relação ao de dezembro, que foi de 0,5%. Todo início de ano, as escolas reajustam as mensalidades e, em

2012, esse aumento foi de 8,35%.

A educação infantil teve reajuste de 10,17%, o ensino fundamental, de 9,90%, e o superior, de 6,80%. Além disso, houve aumento também em itens como livros didáticos (8,98%), jornais (8,45%) e cursos de línguas (7,45%). Segundo o estudo do Dieese, o grupo educação tem aplicado reajustes em seus preços acima da inflação.

Outros itens também foram responsáveis pelo aumento do ICV,

como a habitação, com taxa de 1,99%. Um dos principais aumentos neste setor foi o do condomínio, com alta de 7,47%. Já a alimentação, com 0,61%, teve aumento principalmente no setor de alimentação fora de domicílio, com taxa de 1,22%. O setor da saúde teve taxa de 0,94% e a alta aconteceu nos subgrupos assistência médica, com 1,09%, e seguros e convênios médicos, com 1,25%.

Cedae comemora a recuperação da sua Caixa de Assistência

De acordo com a Agência Nacional de Saúde (ANS), a Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae (CAC) está entre as 46 melhores operadoras do Brasil. A CAC é responsável por administrar o plano de saúde

dos funcionários da empresa.

A Caixa de Assistência conseguiu reverter o quadro crítico que atravessou no ano de 2006, quando esteve prestes a fechar. Hoje a situação se inverteu.

“Desde que assumimos o co-

mando da CAC, em janeiro de 2007, acumulamos um superávit de R\$48 milhões”, afirmou o presidente da CAC e ex-presidente do Senge-RJ, Aloísio Souza da Silva. Em entrevista ao Jornal do Commercio, do dia 29 de fevereiro.

Holding Eletrobrás adultera ACT

A Holding Eletrobrás, numa atitude inusitada, resolveu por conta própria alterar o Termo de Compromisso do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2011/1012. A empresa incluiu a alínea e ao parágrafo 2º da cláusula 16. A mudança foi realizada em dezembro de 2011. Com isso, os empregados que optaram pela não migração do antigo plano para o atual Plano de Cargos e Remuneração (PCR) passaram a não receber 1,5% de

acréscimo salarial em dezembro.

A negociação, no ACT, previa que este percentual seria para todos os empregados, com algumas exceções, as quais não incluíam a referida alínea. É bom lembrar que, à época, a opção de migração foi voluntária e a empresa se comprometeu a não efetuar retaliações aos empregados que optassem por não fazê-la.

A posição da Eletrobrás, até o momento, é irredutível. O tema será dis-

cutido nas próximas reuniões do Comando Nacional dos Eletricitários (CNE). Pelo cenário atual, os sindicatos podem prever as dificuldades que virão nas próximas negociações do setor, já que os gestores adulteraram acordos já firmados.

O problema adicional é que, após aprovação nas assembleias de empregados, os ACTs são encaminhados para serem aprovados em várias instâncias do Ministério de Minas e

Energia (MME), somente no fim do ano – normalmente em dezembro –, são coletadas as assinaturas das partes (empresas x federações e sindicatos).

Historicamente, nem empresas e nem sindicatos tiveram problemas de “perda de confiança” naquilo que havia sido previamente acertado. Parece que esta situação agora mudou, já que, a partir deste fato, a confiança por parte dos sindicatos não será a mesma.

Garis fazem passeata e ameaçam greve

Fotos: Arquivo Chapa A Voz do Gari



Trabalhadores da Comlurb protestam na Av. Rio Branco

Os garis da Comlurb realizaram, em fevereiro, uma passeata, exigindo melhor remuneração e efetiva atuação do sindicato na defesa de seus direitos. A marcha partiu da Candelária e seguiu pela av. Rio Branco até a Cinelândia.

Atualmente, o salário dos funcionários responsáveis pela limpeza da cidade é de R\$ 640,00. Eles não recebem o aumento, que é garantido por lei, desde 1999. O ticket de re-

feição, no valor de R\$ 9,00, está congelado há dois anos.

Os trabalhadores acusam o Sindicato dos Empregados das Empresas de Asseio e Conservação do Município do Rio de Janeiro (SEEACMRJ) de omissão e negligência, diante de suas reivindicações. Segundo os garis, “o sindicato nunca entrega à Justiça a minuta exigindo que a Comlurb pague o que é de direito. Sempre deixa passar o prazo”.

O dia 9 de fevereiro foi de grande mobilização no centro do Rio de Janeiro. Aconteceram inúmeras manifestações. Além dos garis da Comlurb, estiveram presentes profissionais do Corpo de Bombeiros e da PM, que também ameaçam entrar em greve. “Se a polícia militar e os bombeiros pararem, o governo chama a Força Nacional. Mas, se os garis pararem, quem vai limpar a cidade?”, questionaram os garis.

Angra 2 é desligada para reabastecimento

A usina nuclear de Angra 2 está desconectada do Sistema Interligado Nacional desde o dia 3 de março, com previsão de retorno para o dia 30. De acordo com a Eletronuclear, trata-se de uma parada programada, em comum acordo

com o Operador Nacional do Sistema. Estão previstas a recarga de um terço do combustível nuclear, além de serem realizadas atividades de inspeção e manutenção periódicas.

Serão realizadas 4 mil atividades,

entre as quais, inspeções e testes dos geradores de vapor; revisão geral de uma das turbinas; inspeção interna de válvulas do sistema de remoção de calor residual; e teste de pressão do envoltório de contenção.

Encontro Nacional dos Trabalhadores de Furnas

Entre os dias 29 de fevereiro e 2 de março, foi realizado o XXX Encontro Nacional dos Trabalhadores de Furnas (ENTFU). O evento aconteceu no hotel Scorial, no Catete, e contou com a presença dos representantes dos sindicatos.

Durante o encontro, representantes dos trabalhadores das entidades sindicais de Furnas debateram assuntos como a reestruturação de Furnas; política de recursos humanos; gestão na Real Grandeza; termo de sustentabilidade e; plano de saúde de Furnas. Na ocasião, os presentes fizeram uma análise da conjuntura econômica e política para 2012 e 2013.

O processo de renovação das concessões do setor elétrico foi destaque. Este assunto está em discussão na definição do marco regulatório do setor. Os representantes também definiram e aprovaram uma pré-pauta para ser encaminhada aos trabalhadores.

É preciso reconstruir a legalidade no Brasil

Na opinião de especialistas, a gravidade dos desabamentos exige informação qualificada e consequente, além de ações concretas

“É importante cuidar da legislação para garantir que fatos como esses dos desabamentos na Treze de Maio, centro do Rio, nunca mais aconteçam. Mas tão importante quanto formular as novas leis é criar e instituir ferramentas para que a legislação que existe seja colocada em prática de forma efetiva. Não basta criar leis. É preciso reconstruir a legalidade. O Brasil é pródigo na criação de leis, mas faltam os instrumentos para fazer valer essa legalidade. A execução da legalidade não está apenas na mão do Estado, mas também na mão da sociedade, que tem de ser um sujeito participativo para que essas coisas não voltem a ocorrer.

A questão foi levantada, dia 2 de janeiro, por Olímpio Alves dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) em encontro realizado no Clube de Engenharia. Em discussão. O desabamento dos três prédios, dia 25 de janeiro, e a fiscalização de obras de reformas em edifícios privados, em que a deficiência da legislação brasileira foi tema central.

Participaram do painel: Pedro da Luz, vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB); Sydnei Menezes, presidente do Conselho de Arquitetos e Urbanistas (CAU); Olímpio dos Santos, presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ); Sergio Medina Quintella, diretor do Instituto de Engenharia Legal e; como mediador, Manoel Lapa, vice-presi-

dente do Clube de Engenharia.

Na platéia, engenheiros especializados em estruturas com décadas de experiência na área, empresários e representantes das principais entidades da engenharia e da arquitetura nacional. Em debate, as possíveis causas do desabamento dos edifícios Li-



Pedro da Luz, Sydnei Menezes, Manoel Lapa, Olímpio dos Santos e Sérgio Quintella

berdade, Treze de Maio e Colombo, o acompanhamento das investigações e a sistematização de propostas e medidas a serem encaminhadas ao poder público para evitar que casos semelhantes voltem a traumatizar as cidades brasileiras.

“Nosso papel é avaliar tecnicamente e informar ao cidadão, e não criar o pânico e trazer intranquilidade. Muita bobagem foi dita e divulgada, algumas de maneira totalmente irresponsável. Morreram pessoas, empresas perderam tudo, a cidade está traumatizada. A gravidade do caso exige informação qualificada e consequente, além de ações concretas. Se, por exemplo, identificamos que na prefeitura não há em arquivo a aprovação de projeto

estrutural ou da memória estrutural dos imóveis e edifícios, é importante buscar soluções. Isso tem que ficar arquivado em algum lugar”, afirmou, ainda o presidente do Senge-RJ.

O tema fiscalização de obras de reforma e as atribuições dos órgãos envolvidos neste processo tomaram conta do rico debate, sempre baseado na experiência técnica e na direção de buscar ações preventivas. Segundo Manoel Lapa, vice-presidente do Clube de Engenharia, um dos principais objetivos do encontro foi “reunir subsídios para apresentar propostas com profundo embasamento teórico, em um

onde ficarão arquivados projetos originais e as modificações feitas ao longo do tempo em cada imóvel.

Entre os especialistas presentes, o engenheiro Bruno Contarini, que desenvolveu projetos estruturais no Brasil e exterior, como o Palácio Alvorada, o teatro e a plataforma rodoviária de Brasília, o edifício da Universidade de Brasília, o Tribunal Superior de Justiça (STJ), o Museu de Artes Contemporâneas de Niterói e a ponte Rio-Niterói, apontou as dificuldades de identificar as causas por falta das plantas de estrutura e, também, pelo ineditismo do fato: “é um caso raro”, afirmou.

Na mesma linha, Celso de Oliveira Mendes, que foi gerente da Divisão de Estruturas e Edificações de Furnas, registrou a impossibilidade de um diagnóstico claro. “Há a necessidade de avaliar indícios tais como o fato de as paredes do prédio adjacente ao edifício Liberdade apresentarem uma alvenaria aparente sem atrito, o que pode indicar que a queda não foi na vertical”, afirmou. Celso foi atraído ao debate pela qualificação dos participantes e pela busca de análises técnicas baseadas na experiência.

Deste primeiro encontro nasceu o processo de elaboração de um Projeto de Lei de Inspeção Predial Periódica encaminhada pelo Clube de Engenharia à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O projeto estabelece a obrigatoriedade de obtenção da Certificação de Inspeção Predial nas edificações, sua periodicidade e dá outras providências.



Escombros dos edifícios que desabaram no centro

esforço conjunto para repensar a legislação que regula a fiscalização de modificações de imóveis”. Lapa informou, ainda, que o Clube de Engenharia tem planos de, junto com a Secretaria Municipal de Ciência e Tecnologia, criar um banco de dados



SINDICATO DOS ENGENHEIROS
NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro
RJ - CEP: 20040-009
Tel: (0 xx21) 3505-0707 Fax: (0 xx21) 3505-0733

Endereço: www.sengerj.org.br
Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Impresso
Especial

9912181248/2007/DR/RJ
SENGE/RJ

CORREIOS

